

JUVENTUDE, DEFICIENCIA VISUAL E POLITICAS PUBLICAS: A REALIDADE DA PESSOA CEGA NA CIDADE DE GARANHUNS-PE.

Léa Carla Oliveira Belo (Graduanda em Psicologia, UPE- Campus Garanhuns)

Daniela Romeiro Azevedo Souto (Graduanda em Psicologia, UPE- Campus Garanhuns)

Suely Emília de Barros Santos (Prof^ª Ms. do curso Bacharel em Psicologia – Formação Psicólogo, UPE- Campus Garanhuns)

Ao realizar-se uma releitura na história da trajetória das pessoas com deficiência visual no Brasil é possível perceber mecanismos de segregação, marginalização e exclusão social, além de observar que as poucas políticas públicas existentes eram de cunho assistencialista. A verdade é que a cegueira representa a perda de um sentido com consequências adversas para os sujeitos e nesta perspectiva desafios são enfrentados diariamente, especificamente pelos jovens, dada a vulnerabilidade a que estão expostos num contexto social desfavorável, que ainda não está preparado para lidar com as diferenças e acaba facilitando o surgimento de preconceitos e estigmas sobre os mesmos. Portanto é indispensável à criação de recursos e a oferta de uma atenção voltada ao jovem cego para que se torne crível atender aos direitos e possibilitar a integração social e o desenvolvimento profissional em diferentes áreas. Diante dessas questões, foi desenvolvido um estudo na cidade de Garanhuns-PE, onde buscou-se conhecer a realidade psicossocial do jovem com deficiência visual, a fim de compreender sua experiência de ser cego nesta cidade. Para coleta de dados foram utilizados métodos de observação e entrevistas semi estruturadas com dois jovens cegos, de idade superior a 20 anos e inferior a 30, no Centro de Apoio Pedagógico às Pessoas com Deficiência Visual- CAP, em Garanhuns-PE. Através das entrevistas evidenciou-se sentimentos recorrentes de tristeza e indignação que os jovens expressaram diante da inacessibilidade que a cidade apresenta, pois o respeito aos direitos básicos de cidadania são violados sem que haja um olhar de atenção tanto por parte da população, quanto do poder público. Desse modo, fica para esses jovens a compreensão de que a sociedade garanhense os percebe como incapazes e inválidos, e por estes aspectos, encontram pouca ou nenhuma oportunidade de trabalho. Além de enfrentarem tais estigmas eles mencionaram os investimentos escassos ao Centro de Apoio Pedagógico às Pessoas com Deficiência Visual- CAP, único espaço na cidade que trabalha para promover a autonomia dos mesmos e cuja relevância psicossocial é inquestionável, mas que atende a uma demanda muito grande para o espaço onde funciona. Os entrevistados falaram dos benefícios que o CAP oferece as suas vidas e sentem a necessidade de ampliação do trabalho nesta instituição, bem como um espaço maior, pois através das atividades e cursos que desenvolvem, conquistam seu lugar no social aprendendo a se locomover, a ler e escrever em braile, mostrando assim, que a limitação trazida pela cegueira não deve ser tomada como entrave para uma justa inclusão social. Nesse sentido, é de indispensável relevância se pensar em Políticas

Públicas que se voltem para a questão da acessibilidade, para o reconhecimento do lugar do cego na sociedade, bem como a construção de intervenções psicossociais que acolhendo a demanda desse público, se apresente como possibilidade de efetivação das Políticas Públicas.

PALAVRAS CHAVES: Juventude, deficiência visual, políticas públicas.